

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Distribuidora apresentou um lucro líquido de R\$ 75.480 (2016 - R\$ 96.495), correspondente a R\$ 18,76 por ação (R\$ 2016 - R\$ 23,98), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 63,96% (2016 - 35,01%). Em 30 de junho de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16,46% (2016 - 13,53%).

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO			
Circulante		2.309.625	2.841.686
Disponibilidades	4	121.185	156.147
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.734.132	2.037.301
Aplicações em operações compromissadas		1.734.132	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	2.037.301
Títulos e valores mobiliários	6	374.491	532.338
Carteira própria		181.230	160.957
Vinculados à prestação de garantias		193.261	371.381
Outros créditos		79.817	115.900
Rendas a receber		9.019	9.011
Negociação e intermediação de valores	7	29.760	70.874
Crédito tributário	8	11.062	2.716
Diversos	9	29.976	33.299
Não circulante		430.740	132.086
Realizável a longo prazo		430.255	130.546
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	422.081	127.529
Aplicações em depósitos interfinanceiros		422.081	127.529
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.458	-
Vinculados à prestação de garantias		4.458	-
Outros créditos		3.716	3.017
Crédito tributário	8	3.716	3.017
Permanente		485	1.540
Investimentos	10	15	15
Títulos patrimoniais		15	15
Imobilizado de uso	1	1	27
Outras imobilizações de uso		650	128
Beneficentárias em imóveis de terceiros		650	128
(Depreciações acumuladas)		(649)	(651)
Intangível		469	1.498
Ativos intangíveis		686	2.522
(Amortizações acumuladas)		(217)	(1.024)
Total do ativo		2.740.365	2.973.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2017	2016
PASSIVO			
Circulante		2.493.429	2.414.915
Relações interdependências		-	75
Transferências internas de recursos		-	75
Outras obrigações		2.493.429	2.414.840
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		25	17
Sociais e estatutárias		2.603	42.633
Fiscais e previdenciárias	11	63.766	67.709
Negociação e intermediação de valores	7	2.384.200	2.291.281
Diversas	12	42.835	13.200
Não circulante		10.930	7.635
Outras obrigações		5.854	3.111
Diversas	12	5.854	3.111
Resultados de exercícios futuros		5.076	4.524
Receitas de exercícios futuros		5.076	4.524
Patrimônio líquido	14	236.006	551.222
Capital social - Domiciliados no país		81.641	81.641
Reserva de lucros		81.364	373.398
(Ajustes de avaliação patrimonial)		(2.479)	(2.182)
Lucros acumulados		75.480	98.365

	Nota	2017	2016
Total do passivo		2.740.365	2.973.772

Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros			
	81.641	16.329	81.642	275.427	(102)	1.870	454.937
	81.641	16.329	81.642	275.427	(1.972)	1.870	454.937
	81.641	16.329	81.642	275.427	(2.182)	98.365	551.222
	81.641	16.329	81.642	8.393	(2.390)	-	185.615
	-	-	-	-	(89)	-	(89)
	-	-	-	-	-	75.480	75.480
	-	-	(16.607)	(8.393)	-	-	(25.000)
	81.641	16.329	65.035	-	(2.479)	75.480	236.006

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-
Saldos de abertura em 1º de janeiro de 2016			
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-
Lucro Líquido		-	-
Saldos em 30 de junho de 2016			
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-
Lucro Líquido		-	-
Destinações:			
Dividendos	14.e	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração a Distribuidora em 10 de agosto de 2017.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações em ouro

As operações em ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrado na rubrica "Disponibilidades".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular BACEN - 068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores de cotas divulgadas pelos administradores dos respectivos fundos.

f) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

g) Permanente

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, e demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional.

Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Distribuidora espera utilizar o ativo.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e

- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534, do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Distribuidora espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

iv. Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e

- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

ii. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citi no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos

controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 10 de agosto de 2017.

São Paulo, 10 de agosto de 2017.

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		151.070	191.643
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		151.070	191.643
Resultado bruto da intermediação financeira		151.070	191.643
Outras receitas/(despesas) operacionais		(12.717)	(16.439)
Receitas de prestação de serviços	15	60.387	60.332
Despesas de pessoal		(24.699)	(22.499)
Outras despesas administrativas	16	(33.492)	(33.210)
Despesas tributárias		(12.895)	(17.754)
Outras receitas operacionais	17	4.860	1.680
Outras despesas operacionais	17	(6.913)	(4.988)
Resultado operacional		138.353	175.204
Resultado não operacional		(3)	(8)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		138.350	175.196
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18	(60.356)	(77.689)
Provisão para imposto de renda		(32.990)	(41.580)
Provisão para contribuição social		(26.422)	(32.866)
Ativo fiscal diferido		(944)	(3.282)
Participações no lucro - Empregados		(2.514)	(1.012)
Lucro líquido		75.480	96.495
Quantidade de ações	14.a	4.023.359.318	4.023.359.318
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		18,76	23,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido		75.480	96.495
Ajustes ao lucro líquido		2.618	5.090
Amortização e depreciação	16	77	112
Provisão para contingências		1.597	2.155
Imposto diferido	18.a e b	944	2.823
Variações em ativos e passivos		1.673.791	(524.113)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(130.673)	161.462
Redução(aumento) em títulos e valores mobiliários		371.382	(371.382)
Redução em outros créditos		1.596.438	250.980
Redução em relações interdependências		-	75
Aumento(redução) em outras obrigações		19.997	(904.514)
Aumento em resultado de exercícios futuros		1.641	1.256
Caixa líquido originado(aplicado) em atividades operacionais		1.751.889</	

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

10) Investimentos

Em 30 de junho de 2017 o saldo de investimentos está representado, basicamente, por títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$ 15 (2016 - R\$ 15).

11) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	47.304	60.675
Provisão para impostos e contribuições a recolher	16.421	5.638
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	41	1.396
Total	63.766	67.709

(1) Provisão para impostos diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários para negociação. Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Distribuidora registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 1.450 (2016 - R\$ 850). A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste semestre no montante de R\$ 6.606 (2016 - R\$ 3.322). Conforme Carta-Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, a partir de janeiro de 2017, foi excluída a rubrica "Fiscais e previdenciárias - Provisão para riscos fiscais", e criada a rubrica em "Diversos - Provisão para contingências - fiscais". Para efeito de publicação reclassificamos o saldo de 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 667.

12) Outras obrigações - Diversas

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Provisão para despesas com pessoal (1)	23.615	-
Provisão para pagamentos a fornecedores	2.989	3.395
Provisão para Passivos Atuariais (nota 20)	15.150	652
Provisão para contingências (nota 13.a)	135	5.854
Outros	946	684
Total	42.835	5.854

(1) Em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora constituiu reserva de reestruturação de pessoal no montante de R\$ 20.019. O saldo em 30 de junho de 2016 é R\$ 16.346.

13) Passivos contingentes e obrigações legais**a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências**

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	117	667
Provisão para contingências - Cíveis	18	1.593
Provisão para contingências - Trabalhistas	17	1.518
Total	135	5.854

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Distribuidora tem constituído provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

- Fiscal - PIS EC17/97 - Anterioridade - R\$ 0 (2016 - R\$ 555):** Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/70. Após trânsito em julgado judicial favorável a Distribuidora reverteu integralmente a provisão no montante de R\$ 564.
- Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 117 (2016 - R\$ 112):** Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estas contingências não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por Contingências Fiscais no montante de R\$ 4.516.934 (2016 - R\$ 4.173.001), compostas basicamente pelos seguintes casos:

- IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - R\$ 4.030.481 (2016 - R\$ 3.692.184):** Trata-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quotista de Fundo de Investimento em Participações administrado anteriormente pela Distribuidora. A Receita Federal incluiu a Distribuidora como a responsável solidária no processo administrativo. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$ 331.437 (2016 - R\$ 321.220):** Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguarda-se julgamento de segunda instância.
- Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 80.129 (2016 - R\$ 74.915):** Trata-se de Auto de Infração lavrado para constituir crédito tributário de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Em função do encerramento do processo administrativo, aguarda-se início do processo judicial.
- Desmutualização - BM&F e Bovespa - R\$ 31.163 (2016 - R\$ 29.045):** Trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&F, Bovespa em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.
- Ação Indenizatória - R\$ 102.384 (2016 - R\$ 89.322):** Trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2016				Saldo em 30/06/2017			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	24	(29)	-	90	24	(29)	-	90
Trabalhistas	2.980	1.896	(476)	(3)	90	4.087	-	1.795
Fiscais	115	-	-	2	117	-	-	112
Total	4.395	1.920	(505)	(3)	182	5.989	-	5.989

	Saldo em 31/12/2015				Saldo em 30/06/2016			
	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização
Cíveis	279	1.534	(68)	(233)	23	1.535	-	1.535
Trabalhistas	3.744	573	(6)	(2.803)	86	1.593	-	1.593
Fiscais	654	-	-	13	667	-	-	667
Total	4.677	2.107	(74)	(3.036)	122	3.695	-	3.695

14) Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.023.359.318 (2016 - 4.023.359.318) ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, não foi constituída reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social.

c) Reservas estatutárias

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Distribuidora, estando limitada a 80% do seu capital social.

No semestre findo em 30 de junho de 2017 foram utilizadas as reservas estatutárias no montante de R\$ 16.607 para pagamento de dividendos, aprovada pela AGE, em 29 de junho de 2017.

d) Reservas especiais de lucros

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/76, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios.

No semestre findo em 30 de junho de 2017 foi utilizada a reserva especial de lucros no montante de R\$ 8.393 para pagamento de dividendos, aprovada pela AGE, em 29 de junho de 2017.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral do Banco Citibank S.A. Em 29 de abril de 2016 foi pago o montante de R\$ 34.361 em dividendos deliberados em AGE. Em 29 de junho de 2017 foram pagos ao Banco Citibank S.A. o montante de R\$ 25.000 em dividendos deliberados em AGE, sendo R\$ 16.607 das reservas estatutárias e R\$ 8.393 da reserva especial de lucro.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de previdência privada.

15) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2017	2016
Receitas de administração de fundos de investimento	26.499	29.238
Receitas de serviços de custódia	22.463	20.938
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	1.645	-
Receitas de administração de clientes estrangeiros	7.679	7.765
Outras receitas de prestação de serviços	2.101	2.391
Total	60.387	60.332

(1) As receitas de prestação de serviços a ligadas são decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país.

16) Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas de aluguel	(855)	(545)
Despesas de serviços de terceiros	(12.895)	(15.323)
Despesas de serviços técnicos especializados	(8.791)	(3.100)
Despesas de amortização e depreciação	(77)	(112)
Despesas de processamento de dados	(9.793)	(12.848)
Despesas de comunicações	(293)	(547)
Outras despesas administrativas	(788)	(735)
Total	(33.492)	(33.210)

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, de acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por 3 vezes no período de 1º de janeiro de 2017 à 10 de agosto de 2017, onde desenvolveu as seguintes atividades:
 - Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório do auditor A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

17) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2017	2016
Receitas		
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	725	1.091
Atualização e recuperação de impostos	1	-
Reversão de provisões de contingências (nota 13.b)	505	74
Outras receitas com fundos	29	-
Receita na remuneração com pagamento baseado em ações	-	416
Outras reversões de provisões operacionais	3.600	-
Outras receitas operacionais	-	99
Total	4.860	1.680

	2017	2016
Despesas		
Atualização monetária de contingências (nota 13.b)	(182)	(121)
Constituição de provisões de contingências (nota 13.b)	(1.920)	(2.107)
Despesas com captura, execução e manutenção de transações	(384)	(95)
Despesas com custódia	(22)	(132)
Despesas de juros sobre pagamentos de impostos	(787)	(2.098)
Despesas de serviços prestados a ligadas (1)	(3.274)	-
Outras despesas operacionais	(344)	(400)
Total	(6.913)	(4.988)

(1) O aumento nas despesas de serviços a ligadas são decorrente da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

18) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social**a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda**

	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	138.550	175.196
(-) Participação estatutária no lucro	(2.514)	(1.012)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	135.836	174.184
Diferenças temporárias	(3.859)	(7.776)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	892	(63)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	1.595	(882)
Provisão para bônus, gratificações e PLR	(5.483)	(4.580)
Provisão para outros pagamentos	(863)	(2.251)
Diferenças permanentes	136	18
Outras despesas não dedutíveis	136	18
Base de cálculo do imposto de renda	132.113	166.426
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(32.990)	(41.580)
Provisão para imposto de renda	(32.990)	(41.580)
Base tributável diferida	(3.859)	(7.776)
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	(965)	(1.944)
Total da provisão diferida	(965)	(1.944)
Total do imposto de renda	(33.955)	(43.524)

b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	138.550	175.196
(-) Participação estatutária no lucro	(2.514)	(1.012)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	135.836	174.184
Diferenças temporárias	(3.859)	(7.776)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	892	(63)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	1.595	(882)
Provisão para bônus, gratificações e PLR	(5.483)	(4.580)
Provisão para outros pagamentos	(863)	(2.251)
Diferenças permanentes	136	22
Outras despesas não dedutíveis	136	22
Base de cálculo da contribuição social	132.113	166.430
Alíquota de 20% para contribuição social	(26.422)	(33.286)
Provisão para contribuição social	(26.422)	(33.286)
Base tributável diferida	(3.859)	(7.776)
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(579)	(1.166)
Majoração da CSLL 5%	600	287
Total da provisão diferida	21	(879)
Total da contribuição social	(26.401)	(34.165)

19) Transações com partes relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2017			2016		
	Controladora (1)	No país (2)	No exterior (3)	Controladora (1)	No país (2)	No exterior (3)
Ativo(passivo)						
Disponibilidades	36.353	-	338	156.147	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.156.213	-	-	2.164.830	-	-
Outros créditos	-	-	441	-	-	29
Outras obrigações	(290)	-	(89.002)	-	-	(68.712)
Receita/(despesa)						
Resultado com títulos e valores mobiliários	120.561	-	-	157.508	-	-
Receitas de prestação de serviços	1.039	4.425	441	-	4.483	(11)
Outras despesas administrativas	(24)	(5.324)	(50)	(20)	(7.420)	(336)
Outras despesas operacionais	(3.240)	-	(6.591)	-	-	-

- Banco Citibank S.A.
- Citibank N.A. (Filial Brasileira), DTVM Mutual Funds e Citi Brasil Comércio e Participações Ltda.
- Argentina Branch Split IB; CBC&SUBS(EX.CIFIN/AFCC)ICE; Citiclip Luxembourg; Citibank NA Switzerland; Ireland Branch; Citigroup Global Markets INC; Citigroup Global Markets LTD; CG-Compensação SVCS; COIC Inc; Hong Kong Branch Split IB; LAIB Latin America Investment Bank e United Kingdom Branch Split IB; Citigroup Technology Inc; Citicorp North America Inc.; Citiclip France; Citibank Canada; Citigroup PTY LTD; Singapore Branch Split IB; CITI O&T; Citiclip Poland; Citigroup Global Markets

20) Planos de benefícios pós-emprego a funcionários**Características básicas dos planos****i. Plano de aposentadoria**

Benefícios do plano: Aposentadoria normal, Aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.

ii. Valor do benefício de aposentadoria normal

Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado. Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) X Tempo de Serviço na empresa/30.

iii. Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário